

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.089 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2000

## DIA DE DECISÕES

### ***Congresso vota o novo mínimo***

O Congresso Nacional reúne-se hoje, a partir das 19h, para votar a medida provisória que elevou o salário mínimo de R\$ 136 para R\$ 151 em 3 de abril. A convocação foi feita pelo senador Antonio Carlos Magalhães no dia 26 de abril, quando ocorreu a primeira tentativa de votação da matéria.

PÁGINA 7

### ***Senado analisa combate à miséria***

As propostas de emenda constitucional que criam o Fundo de Combate à Pobreza abrem hoje as votações do Plenário do Senado. Uma delas é de autoria do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, e a outra, da comissão do Congresso Nacional que, no ano passado, investigou as causas da pobreza no Brasil.

PÁGINA 4

### **CE aprova mudanças nas concessões de emissoras**

Projeto que estabelece novos critérios para a outorga e renovação de concessões de emissoras de rádio e TV foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. De autoria do senador Pedro Simon, com substitutivo da senadora Luzia Toledo, a proposta será apreciada agora pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 8



Luzia Toledo (ao lado de Freitas Neto) é autora do substitutivo aprovado



Fraga (D) fala na CAE e é ouvido por Ney Suassuna (C) e Carlos Eduardo de Freitas, diretor do BC

### **FRAGA DEPÕE NA CAE E ATRIBUI DÍVIDA DO BERON À DEMORA NA LIQUIDAÇÃO**

Juros altos, risco elevado e pagamento de pessoal foram as razões apontadas pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para um acréscimo de R\$ 350 milhões na dívida do Banco do Estado de Rondônia (Beron) no período em que esteve no regime especial de administração determinado pelo BC. Ele atribuiu tudo isso à demora na liquidação do banco estadual.

PÁGINA 5

**PROPOSTA DA  
CPI DOS BANCOS  
SERÁ EXAMINADA  
PELA CCJ**

PÁGINA 6

### **Plenário amplia alcance das TVs do Legislativo**

O Plenário aprovou ontem projeto do senador Roberto Requião que torna obrigatória, para todas as televisões por assinatura, a transmissão das programações das TVs Senado e Câmara. O objetivo é ampliar o alcance das duas emissoras, que já são transmitidas por cabo, mas não por satélite e MMDS. A proposta vai à Câmara.

PÁGINA 3



Roberto Requião defende transmissão "sem filtros" do que acontece no Legislativo

# Antonio Carlos mantém posição sobre valor do salário mínimo

Senador presidirá sessão do Congresso convocada para votar medida provisória

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou ontem sua posição sobre as ameaças feitas pelo governo contra possíveis dissidências da base governista, durante a votação, prevista para hoje, da medida provisória que estabeleceu o novo valor do salário mínimo.

— Às ameaças eu já respondi ontem, e a minha resposta de ontem vale hoje — afirmou Antonio Carlos pela manhã. Na véspera, o senador havia dito: “Acho ruim essa ameaça do governo e do próprio presidente da República. Os parlamentares foram eleitos, como o presidente, e ninguém pode ameaçar o outro. Acho que é muito pior roubar do que votar, por uma questão de consciência, num salário mínimo um pouco maior. De maneira que eu daria preferência a pegar ladrões”.

Na condição de presidente do Congresso Nacional, o senador vai presidir a sessão convocada para votar a medida provisória que fixou o novo salário mínimo em R\$ 151 (veja matéria na página 7). Uma emenda apoiada pela totalidade da oposição e alguns integrantes de partidos que se alinham na base de sustentação parlamentar do governo pleiteia, entretanto, o aumento do mínimo para R\$ 177 (o equivalente a 100 dólares norte-americanos).

## PFL UNIDO

Abordado pela imprensa ao retornar do Palácio do Planalto, onde havia assistido à posse do novo ministro do Esporte e Turis-



Antonio Carlos diz ter recebido “com alegria” os elogios do presidente Fernando Henrique Cardoso

mo, Carlos Melles, Antonio Carlos confirmou ter conversado com o presidente Fernando Henrique sobre a votação, mas não quis dar maiores detalhes sobre o que foi dito. O senador observou que a Executiva Nacional do PFL estará reunida hoje, para tomar uma decisão em torno da proposição anteriormente aprovada, apoiando o salário mínimo de R\$ 177. “O partido pode ficar com outra posição que não os R\$ 177, ou ficar com a atual ‘emenda Medeiros’, que é inócua”, comentou, acrescentando que seguirá a orientação que o partido definir. Ele minimizou a possibilidade de dissidências na bancada.

— O PFL votará unido. Pode haver pequenas falhas, aqui e ali, mas pequenas falhas haverá em todos os partidos — disse.

## CARTA

Antonio Carlos confirmou ter sido respondida sua carta ao presidente Fernando Henrique. Indagado sobre como reagia aos elogios feitos a ele pelo presidente, disse que os recebia “com alegria”.

— Fico feliz, em se tratando de elogios do presidente da República — afirmou.



Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

10h30 — Recebe Almir Gabriel, governador do estado do Pará

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

19h — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional — *Plenário da Câmara dos Deputados*

## PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: tramitação conjunta das PECs nº 67/99 (votação nominal), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e nº 96/99 (votação nominal), que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PDL nº 115/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nossa Senhora do Socorro para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro (SP); PDL nº 146/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas (MG); PDL nº 222/99, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Princesa para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão (PR); e Requerimento nº 208/2000, do senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 160/98 e 99/2000, por regularem a mesma matéria.

19h — Sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação da MP sobre o salário mínimo.

## COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 554/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento integral para prevenir e tratar a obesidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde; PLS nº 64/99, que dispõe sobre a produção de cloro; PLS nº 492/99, que modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, e disciplina a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; PLS nº 557/99, que dispõe sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo indisponíveis na rede local do sistema; PLS nº 643/99, que modifica a Lei nº 6.615/78, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista; e PLSs nºs 526 e 538, de 1999, que alteram os artigos 6º, 9º e 14 da Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre pesquisa, experimentação, produção, embalagem, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

9h30 — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 1956-49, dá nova redação aos arts. 3º, 16 e 44 da Lei nº 4.771/65, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste.

Pauta: votação do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; PLS nº 672/99, que dispõe sobre o comércio eletrônico; PEC nº 86/99, que altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos

## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2000

## Brasil 500



no âmbito dos partidos; tramitação conjunta dos PLSs nº 88/99, altera dispositivos das leis nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições e 4.737/65, que institui o Código Eleitoral e nº 300/99, que altera a Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional; e PLS nº 28/2000, que acrescenta parágrafo 3º-A ao artigo 36 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, e revoga os artigos 323, 324, 325, 326 e 327 da Lei 4.737/65, que institui o Código Eleitoral. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 3*

10h30 — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública para instruir a tramitação do PLS nº 263/99, que altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, de autoria do senador Álvaro Dias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Comissão de Educação

Pauta: PLC nº 49/99, altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91 e o Decreto-Lei nº 288/67, dispoendo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

## ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O que é isso, companheiro?*, de Bruno Barreto  
*Auditório Petrônio Portella*

## PREVISÃO DA SEMANA

### PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PDL nº 64/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa (SP); PDL nº 103/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Patrocínio para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patrocínio (MG); PDL nº 209/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Pirassununga para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga (SP); e Requerimento nº 209/2000, do senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 2 e 21, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

Quinta-feira

10h — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2011-7, que altera dispositivos da Lei nº 9.615/98 (bingos).

Pauta: votação do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado aprova: TVs por assinatura deverão transmitir canais do Legislativo

Proposta a ser encaminhada à Câmara permitirá à população ver o que acontece no Legislativo de forma direta, sem “o filtro” das grandes agências e jornais, afirma o senador Requião

As televisões por assinatura, a cabo ou por ondas, ficarão obrigadas a transmitir a programação da TV Senado e da TV Câmara, segundo projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) aprovado ontem pelo Plenário. Interessado em sanar omissão da lei em vigor, o parlamentar disse que a iniciativa garantirá à



Requião: alteração “importantíssima” para a democracia brasileira

população ver o que acontece no Legislativo de forma direta, “sem o filtro das grandes agências de notícias e dos interesses dos jornais”. O projeto ainda será apreciado pela Câmara dos Deputados.

Atualmente, a lei determina que apenas as emissoras de TV a cabo são obrigadas a transmitir a programação das TVs Senado e Câmara. Ficam fora da obrigatoriedade as televisões por satélite (Direct TV e Sky) e por MMSD (como a antiga

## Votação do projeto motivou intenso debate no Plenário

Um requerimento do senador Gerson Camata (PMDB-ES), pedindo o reexame pela Comissão de Educação do projeto que obriga todas as TVs por assinatura a transmitirem os trabalhos do Legislativo, foi motivo de intenso debate em Plenário. Antes da discussão, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), autor da iniciativa, defendeu a aprovação da matéria.

O parlamentar argumentou sobre o significado democrático de os brasileiros terem a imagem e a voz dos parlamentares nas TVs por assinatura. Em sua opinião, essa é uma valiosa oportunidade de a população verificar ao vivo o que ocorre no Senado, na Câmara e nas comissões técnicas do Parlamento.

Lido o requerimento de adiamento apresentado por Gerson Camata, Requião imediatamente o contestou, argumentando que tratava-se de medida protelatória que não ajudaria em nada a divulgação do Legislativo. E pediu aos senadores que não o apoiassem.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) também insurgiu-se contra o re-

querimento, sustentando que não havia nenhuma questão educacional que justificasse o envio da matéria à Comissão de Educação.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que o requerimento fosse declarado prejudicado, enquanto Roberto Freire (PPS-PE) considerou inepta a solicitação de Camata, sustentando que não havia fato novo que a justificasse.

José Eduardo Dutra (PT-SE), por sua vez, observou que, pelo Regimento Interno, um requerimento só poderia ser lido se seu autor estivesse presente, e lembrou que Gerson Camata não estava no Plenário.

Osmar Dias também contestou o requerimento, dizendo que o projeto de Requião servirá para ajudar os senadores que, como ele, têm dificuldade de divulgar seu trabalho no estado.

Ao final, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que presidia os trabalhos, submeteu o requerimento a votação. Rejeitada a idéia de adiamento, ele submeteu o projeto a votação. Aprovada, a matéria agora vai à deliberação da Câmara.

TV Filme, agora MaisTV). O texto de Requião determina que, utilizando qualquer modalidade de distribuição de sinais, as TVs por assinatura transmitam o que ocorre no Congresso Nacional.

Sustentando ser essa mudança “importantíssima para a democracia brasileira”, Requião explicou que seu propósito é que as transmissões sejam gratuitas, integrais e simultâneas, sem inserções de qualquer natureza, e que as prestadoras fiquem isentas de responsabilidade sobre o conteúdo da programação e sobre o fornecimento de infra-estrutura para a produção dos programas.

Pelo projeto, as TVs Senado e Câmara ficarão obrigadas a viabilizar, às suas expensas, a entrega dos sinais em nível técnico adequado para sua transmissão.

## Senadores analisam eleição de estrangeiro a vereador

O Senado iniciou ontem a discussão, em primeiro turno, de proposta de emenda constitucional do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite aos estrangeiros residentes e domiciliados há pelo menos oito anos no Brasil votarem nas eleições municipais e disputarem o mandato de vereador.

A proposta, que ainda será discutida em quatro sessões, não contempla a possibilidade de o estrangeiro disputar eleição para prefeito. Se for aprovada em primeiro turno, voltará a ser discutida num segundo turno, por mais três sessões legislativas. Se for definitivamente aprovada, vai à deliberação da Câmara.

## Vários países já promoveram a mudança, afirma Álvaro Dias

Ao esclarecer as razões que o levaram a apresentar proposta de emenda constitucional permitindo ao estrangeiro eleger-se e votar para vereador, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) disse que a iniciativa busca uma evolução constitucional, que já vem ocorrendo em várias nações desen-

volvidas, entre elas, os países da comunidade européia. Ele lembrou que a criação dessa comunidade teve como consequência a liberdade de circulação das pessoas e o aparecimento de um estado supranacional.

Álvaro apresentou dois argumentos sociopolíticos como para a aprovação da emenda: o surgimento no mundo de um novo conceito de nação e o feito integrador do direito de voto. Para ele, o exemplo mais nítido disso é a comunidade européia, que enfoca a relação entre cida-

Novidade no ordenamento jurídico brasileiro, a mudança torna mais elástico o conceito de soberania popular. O texto modifica os parágrafos 2º e 3º do artigo 14 da Constituição, o qual estabelece que não podem alistar-se como eleitores os recrutados durante o serviço militar obrigatório e os estrangeiros. Álvaro Dias abre a exceção para que os estrangeiros se manifestem nas urnas, mas apenas nos pleitos municipais.

No parágrafo seguinte, quando a nacionalidade brasileira é exigida como condição de elegibilidade, ele abre exceção para os estrangeiros que queiram disputar o mandato de vereador.



Álvaro Dias cita o novo conceito de nação e o efeito integrador do voto

dania e identidade nacional.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) informou que, na elaboração do seu parecer, incorporou emenda do senador Roberto Requião (PMDB-PR) exigindo que o texto só contem-

ple os estrangeiros residentes e domiciliados há mais de oito anos no Brasil. Wilson elogiou a iniciativa de Álvaro Dias para integrar pessoas que, não nascidas no Brasil, trabalham pelo país.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) previu que a proposta – assim como ocorreu na CCJ – será aprovada por unanimidade em Plenário. Agnelo Alves (PMDB-RN) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também elogiaram o conteúdo democrático do projeto e manifestaram seu integral apoio à iniciativa.



Maldaner: apelo em favor da implementação do programa de rádio comunitária

## Atualizadas três renovações e uma concessão para rádio

O Senado aprovou ontem decretos legislativos renovando autorizações para o funcionamento das seguintes emissoras: Fundação Radiodifusora de Congonhas (MG); Rádio Difusora de Catanduva (SP); e Fundação Sagrado Coração de Jesus, de União da Vitória (PR). Também outorgou permissão para que a Fundação Universitária de Rádio e Televisão opere em Araraquara (SP).

Na ocasião, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez um apelo ao ministro das Comunicações para que execute o programa concernente à criação de rádios comunitárias. Ele contou que, percorrendo no último fim de semana o interior do seu estado, ouviu inúmeras queixas sobre o assunto. Ele lembrou que a promessa de criação de rádios comunitárias, sem fins lucrativos, remonta ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

Na presidência da sessão, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) também subscreveu essa preocupação, dizendo que há quase oito mil rádios comunitárias no país aguardando o devido registro no Ministério das Comunicações. E disse que a Mesa do Senado deverá comunicar esse fato ao governo. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também manifestou-se sobre o assunto, dizendo que muitos desses processos estão engavetados no Ministério das Comunicações, “quem sabe, por pressão dos meios políticos”.

# Fundo de Combate à Pobreza será votado hoje

As duas PECs pretendem criar mecanismo que melhore as condições de vida da população de baixa renda, através de investimentos médios anuais de R\$ 4 bilhões em programas de nutrição, habitação, educação, saúde e renda familiar

Duas propostas de emenda constitucional instituindo um Fundo de Combate à Pobreza abrem, hoje, as votações do Plenário do Senado. Ambas se destinam a viabilizar à população de baixa renda níveis dignos de subsistência, mediante investimento público em ações de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço de renda familiar.

Relator das duas propostas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou-se favoravelmente à proposta do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, mediante um substitutivo que incorpora idéias

do texto elaborado pela comissão que, no ano passado, investigou as causas da pobreza no Brasil. A comissão foi criada a partir de requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC).

“Posso assegurar que essa proposição busca compatibilizar as diferentes visões apresentadas sobre a questão, atentando sobretudo para a possibilidade efetiva da implantação, o mais célere possível, de tão importante medida”, anunciou Alcântara. Se aprovado, o substitutivo ainda será discutido em segundo turno, por três sessões deliberativas.

Também hoje, o Senado realiza o segundo dia de discussão, em

primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite aos estrangeiros residentes e domiciliados, há pelo menos oito anos no Brasil, votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador. A proposta não contempla a possibilidade de eles disputarem eleição para prefeito.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre autorizações para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Nossa Senhora do Socorro, de Socorro (SP); Rádio Central de Triângulo Mineiro, de Monte Alegre (MG); e Sociedade de Rádio Princesa, de Francisco Beltrão (PR).



A discussão sobre a criação de um Fundo de Combate à Pobreza ganhou fôlego no segundo semestre do ano passado, a partir de uma proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães. Uma comissão (foto acima) debateu o tema durante dois meses e apresentou suas propostas. O senador Lúcio Alcântara (ao lado), como relator, buscou condensar os melhores pontos das duas proposições

## CAS examina projeto que permite uso de manguezais para criar camarões

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examinará hoje, às 9h, o projeto de lei que torna menos rígida a proteção de áreas cobertas por mangues, permitindo o uso de parte dessas áreas para a criação de camarões e plantas aquáticas. O projeto, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), recebeu parecer favorável do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), e prevê que até 10% do território

brasileiro hoje coberto por manguezais possam ser usados para aqüicultura. A matéria já foi debatida em duas audiências públicas na comissão, e irá direto à Câmara dos Deputados, caso 10% dos senadores não requeiram exame do Plenário.

Outras três matérias da pauta poderão ter decisão terminativa na CAS. O projeto de lei do senador Arlindo Porto (PTB-MG), com relatório favorável do sena-

dor Luiz Estevão, trata do ressarcimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) dos gastos com remédios de uso contínuo não disponíveis nas farmácias da rede pública. Em seu relatório, Arlindo Porto afirma que a assistência farmacêutica é parte indissociável e crítica da assistência à saúde.

Dois projetos de lei que tratam da pesquisa, produção, embalagem, rotulagem, armazenamento, comercialização, propaganda, utilização, classificação, controle e fiscalização de agrotóxicos serão examinados em conjunto pela Comissão de Assuntos Sociais. O relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), deu parecer favorável ao projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), e contrário ao projeto apresentado pelo ex-senador Blairo Maggi (MT).



Comissão já debateu o projeto sobre manguezais em duas audiências públicas

## Novas exigências para produção de cloro

A CAS também examina hoje projeto de lei que cria exigências mais rígidas para a produção de cloro. Oriundo da Câmara, tem parecer favorável do senador Luiz Pontes (PSDB-CE). A produção de cloro no Brasil utiliza duas substâncias altamente tóxicas, explicou Pontes em seu relatório: o mercúrio e o amianto. Como a substituição desses elementos



Projeto recebeu parecer favorável de Luiz Pontes

por novas alternativas tecnológicas seria economicamente inviável, o projeto propõe mecanismos de controle da produção e proíbe a instalação de novas fábricas que produzam cloro usando tecnologias arcaicas.

O projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que regulamenta a profissão de radiologista também será examinado pela comissão, com parecer con-

trário do senador Djalma Bessa (PFL-BA). A comissão aprecia ainda, em turno suplementar, substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao projeto de Luiz Estevão que obriga a rede pública de saúde a realizar operações de redução de estômago em pessoas que sofram de obesidade mórbida (causada por disfunção hormonal ou em algum órgão). O SUS ficará obrigado ainda a fazer tratamento em pessoas vítimas de obesidade por outras causas.



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2000

**1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999. Senador Álvaro Dias e outros. Dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direitos políticos).

**Resultado:** Encerrado o primeiro dia de discussão em primeiro turno a matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o segundo dia de discussão.

**2**

Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999. Senador Roberto Requião. Dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e TV Câmara.

**Resultado:** Aprovado. À Comissão Diretora, para a redação final.

**3**

Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1999 (nº 755/98, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Fundação Radiodifusora OT de Congonhas (MG).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**4**

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1999. Renova a concessão da Rádio Difusora OM de Catanduva (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**5**

Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 1999. Renova a concessão da Fundação Sagrado Coração de Jesus OM de União da Vitória (PR).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**6**

Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 1999. Outorga permissão à Fundação Universitária de Rádio e Televisão para emissora FM em Araraquara (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

## Reichstul discute com senadores venda de ações

O presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, participa hoje, a partir das 10h30, de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir projeto de lei de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que exclui a Petrobras do alcance do Programa Nacional de Desestatização. Reichstul também vai prestar esclarecimentos sobre a comercialização de ações da empresa em poder da União, que, pela proposta de Álvaro Dias, deve ser proibida.

O projeto já teve parecer favorável aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tramita na CAE em caráter terminativo. O relator na comissão, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), é favorável à proposta, por considerar a Petrobras uma empresa estratégica para o país.

### Projeto proíbe negociar excedentes

A manutenção do controle acionário da Petrobras pela União tornou-se obrigatória após a publicação, em 1997, da lei que regulamentou a política energética. No mesmo ano, porém, uma nova lei – que alterou as normas do Programa Nacional de Desestatização – permitiu a venda pelo governo das ações da empresa que excedam o necessário à manutenção de seu controle pela União.

O projeto apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) tem dois objetivos. O primeiro é o de evitar a venda pelo governo das ações que ultrapassem metade mais uma do capital. O segundo é o de reforçar em lei a garantia de que a empresa não será privatizada.

Álvaro pretende alterar a lei que trata do Programa Nacional de Desestatização, publicada em setembro de 1997. O primeiro artigo de seu projeto exclui desta lei o dispositivo que prevê a possibilidade de venda de ações além do “mínimo necessário à manutenção do controle acionário” da empresa. O segundo artigo procura incluir a Petrobras na lista de estatais que não poderão ser vendidas pelo governo.



Armínio Fraga (D) depõe na CAE, presidida por Suassuna. Carlos Eduardo de Freitas (E), diretor do BC, também participou da audiência

## Fraga diz na CAE que dívida do Beron cresceu por demora na liquidação

Juros altos, riscos elevados e pagamento de pessoal, segundo o presidente do BC, contribuíram para elevar o passivo do Banco de Rondônia a R\$ 678 milhões

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, classificou ontem, em depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como “uma infelicidade” o grande crescimento da dívida do Banco do Estado de Rondônia (Beron) no regime especial de administração determinado pelo Banco Central, de outubro de 95 a setembro de 98, quando a instituição foi liquidada. “Infelicidade”, acrescentou, foram as sucessivas renovações da administração especial do BC “por pressões do governo estadual à época e de parlamentares”, ao invés de se decretar logo a liquidação extrajudicial.

Questionado pelos senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Ernandes Amorim (PPB-RO), Armínio Fra-

ga disse ver possibilidade de rediscussão da dívida “em outras instâncias” superiores ao Banco Central. O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), observou que agora os senadores devem buscar os caminhos indicados, ou seja, o Ministério da Fazenda e até a Presidência da República.

O senador Moreira Mendes, o primeiro a falar na CAE, acusou o ex-governador Valdir Raupp de “quebrar o Beron na conversa”, por ter feito declarações sobre a situação financeira da instituição, provocando uma corrida de correntistas. Após a implantação do regime especial de administração pelo Banco Central, “como num passe de mágica a dívida passou de R\$ 31,6 mi-

lhões no início de 95 para R\$ 460 milhões em setembro de 97”. Atualmente, a dívida do estado de Rondônia com o governo federal já soma R\$ 678 milhões, acrescentou.

Armínio Fraga informou que, na época da primeira administração especial, se constatou “um furo de caixa” de R\$ 58 milhões. No primeiro mês, os interventores constataram uma “deficiência patrimonial” de R\$ 30,56 milhões e, ao longo de dois anos, ajustes em operações de crédito resultaram em novas dívidas de R\$ 41 milhões. Até a liquidação extrajudicial, ela já aumentara em mais R\$ 381 milhões por causa de “juros altos” e “prêmio de risco” que o Beron era obrigado a pagar na rolagem de sua dívida, além de

despesas com pessoal (demissões).

O presidente do BC concordou que o Beron foi obrigado a pagar R\$ 127 milhões em juros e mais R\$ 73 milhões por “prêmio de risco”. Com pessoal, a dívida chegou a R\$ 165 milhões. “Basicamente uns R\$ 350 milhões da dívida vêm disso: juros altos, risco elevado e pagamento de pessoal”, sustentou.

O senador Ernandes Amorim, um dos primeiros a denunciar o “crescimento abusivo” da dívida do Beron, pediu ao presidente do BC interferência para que haja uma “solução política”. Armínio Fraga prometeu levar o caso ao ministro da Fazenda. Para Ernandes Amorim, “nessa história alguém vai ter que perdoar alguém”.

## Parlamentares cobram medidas contra antecipação de royalties

Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Osmar Dias (PSDB-PR) e José Eduardo Dutra (PT-SE) cobraram ontem do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, providências com relação às operações de antecipação de royalties negociadas entre Sergipe e a Petrobras e entre o Paraná e a Itaipu Binacional. Para os senadores, a antecipação dos royalties – direitos sobre a exploração de recursos naturais – deveria ser considerada como operação de crédito, sujeita, portanto, ao exame do Senado.

Segundo Fraga, o BC não tem parecer firmado sobre o assunto, mas o Ministério da Fazenda entende que não se trata de operação de crédito. No caso do Paraná, contrato firmado entre o próprio ministério e o estado permitirá que R\$ 800 milhões entrem no caixa

daquela administração até 2002.

– Nos dois estados, essas antecipações poderão comprometer o ingresso futuro de receitas e o bem-estar das novas gerações – disse Valadares.

Osmar Dias cobrou do diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do BC, Carlos Eduardo de Freitas, o cumprimento da promessa feita na CAE em março, quando anunciou providências contra operações de crédito realizadas sem o conhecimento do Senado. Dutra pediu ao presidente da comissão, Ney Suassuna (PMDB-PB), que o Senado tome a iniciativa de resolver o problema.

Para Valadares, o ideal seria a votação de seu projeto de resolução deixando claro que a antecipação de royalties é mesmo uma operação de crédito. Suassuna informou que em reunião a ser realizada hoje

**PARA ENTENDER**

Royalty é uma comissão estabelecida em contrato entre proprietário e usuário de um determinado produto para fim de sua comercialização. Por exemplo, a Petrobras pagou em 1998, como compensação financeira pela extração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural, o total de **US\$ 294 milhões em royalties**, dos quais:

- US\$ 111,6 milhões** aos estados
- US\$ 100,6 milhões** aos municípios

Esses royalties só podem ser aplicados em programas de saneamento básico, eletrificação e pavimentação

Fonte: Página da Petrobras na Internet

de manhã o assunto será debatido. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse ter conversado com o presidente da Petrobras, que o teria tranquilizado com relação à legalidade das operações.

A última parte da reunião foi dedicada ao debate sobre os resultados negativos do Banco Central, provocados principalmente pelas operações de câmbio realizadas no momento da desvalorização do real ocorrida em janeiro de 1999 e pelos

empréstimos concedidos a bancos dentro do Programa de Saneamento e Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer). O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou de Fraga sobre os prejuízos, uma vez que as autoridades monetárias haviam prometido que o Proer seria financiado com recursos privados. Segundo Fraga, o balanço do BC ainda mostra perdas, mas o órgão está trabalhando para que ao longo do tempo o prejuízo seja recuperado.

# CAE aprova proposta para controle de crédito

Conforme o projeto, o Banco Central terá um sistema central para controlar as operações, e todas as instituições financeiras deverão informar sobre as atividades relacionadas a empréstimos. A CCJ ainda analisará a matéria

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR) ao projeto de lei complementar elaborado pela CPI dos Bancos que regulamenta o funcionamento de um Sistema Central de Risco de Crédito no Banco Central. A proposta prevê que todas as instituições financeiras ficarão obrigadas a informar ao BC sobre as atividades e operações que impliquem concessão de crédito.

Deverão ainda prestar informações ao Banco Central todas as instituições e sociedades ou empresas, públicas e privadas, não integrantes do Sistema Financeiro Nacional cujas atividades e operações impliquem concessão de crédito. A Secretaria da Receita Federal também ficará obrigada a fornecer à Central de Risco os dados constantes dos cadastros de seus contribuintes. Todos esses procedimentos, segundo o projeto, não constituirão quebra de sigilo bancário.

A CAE decidiu que o projeto ainda terá sua constitucionalidade analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a pedido do senador José Fogaça (PMDB-RS). Ele considera o projeto inconstitucional porque altera, parcialmente, o artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro.

— Esse artigo só pode ser modificado na íntegra, mas como existe uma emenda, em tramitação na Câmara, permitindo essa possibilidade, penso que podemos aprovar a matéria no mérito e aguardar a decisão da CCJ — informou Fogaça.

Os senadores da CAE acataram também a recomendação de Fogaça para que sejam encaminhados à CCJ outros dois projetos que constavam da pauta da reunião de ontem. Fogaça entende que as propostas, por tratarem de matérias relacionadas à isenção fiscal, devem receber um parecer sobre a constitucionalidade.

Uma das propostas, da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), concede isenção do pagamento de pedágio em rodovias federais a veículos automotores adaptados para motoristas portadores de deficiência física. Outro projeto, do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), trata dos juros sobre crédito rural nas áreas da Sudam e Sudene. Após a análise da CCJ, as duas matérias serão julgadas no mérito pela CAE.



A Comissão de Assuntos Econômicos deu o voto favorável ao projeto elaborado pela CPI dos Bancos e relatado pelo senador Osmar Dias



A proposta de discussão do DPVAT foi apresentada pelo senador Dutra



Projeto do senador Osmar Dias destina ao SUS e ao trânsito recursos arrecadados

## Comissão debate legitimidade do pagamento do seguro obrigatório

Será debatida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em audiência pública, a legitimidade da cobrança do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores (DPVAT). A decisão foi tomada pelo colegiado na reunião de ontem, a partir de requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Dutra disse que o tema é objeto de ação popular movida pelo promotor de Justiça do Distrito Federal Ezequiel de Araújo Neto, que questiona a legalidade da obrigatoriedade do pagamento do seguro. O promotor será um dos convidados para a reunião, juntamente com o dirigente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Hélio Oliveira Carreiro de Castro. O senador quer também que a Susep envie um técnico que conheça o sistema adotado na Europa e em outros países.

A audiência irá ajudar os parlamentares a decidir sobre projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que pretende destinar 50% dos recursos arrecadados com o DPVAT ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Nacional de Trânsito. A proposta também

veda a destinação dos recursos a qualquer instituição privada. O projeto recebeu parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA), que apresentou duas emendas, e deverá constar da pauta da próxima reunião da CAE.

Ainda ontem, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que preside a comissão, informou que a subcomissão encarregada de analisar e debater a possibilidade de dolarização da economia nacional irá se reunir hoje para decidir sobre a agenda de trabalho.

Uma das sugestões, apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), propõe a realização de simpósio com a presença de autoridades de outros países da América Latina que estejam preocupados com o tema. O senador, que é contra a dolarização, esclareceu que o governo brasileiro não pretende adotar a medida, mas advertiu quanto às pressões internacionais que o Brasil e os países latinos vêm sofrendo para adotarem o dólar como moeda nacional. O senador José Fogaça (PMDB-RS) também manifestou sua preocupação com o tema.

## Empréstimo de US\$ 505 milhões tem pedido de vista

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) pediu ontem vista do projeto de resolução que autoriza o Brasil a tomar empréstimo de US\$ 505 milhões junto ao Banco Mundial (Bird) dentro do programa de ajuste setorial da Previdência Social. A solicitação provocou o adiamento da votação da proposta para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em seu voto favorável ao projeto, o relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informa que os recursos serão utilizados exclusivamente para o pagamento de dívida externa e para manutenção dos níveis de reservas internacionais pelo Brasil.

A matéria provocou mais de uma hora de debate entre os integrantes da CAE, que desejam esclarecimentos sobre a utilização dos recursos. Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Jefferson Péres sugeriram que um representante do Ministério da Fazenda esteja presente na votação do projeto. Alcântara sugeriu ainda que a Resolução 96/89, que dispõe sobre operações de crédito externo no âmbito do poder público federal, seja alterada para tornar obrigatória a presença na CAE de um representante do ministério beneficiário do empréstimo a ser autorizado.



Jefferson Péres quer analisar melhor a autorização para empréstimo à Previdência

# Congresso se reúne para votar novo mínimo

Parlamentares apreciam medida provisória que fixou o valor de R\$ 151, vigente desde o dia 3 de abril. Emenda prevê possibilidade de outro reajuste entre janeiro e abril do próximo ano

O Plenário do Congresso Nacional volta a se reunir hoje, a partir das 19h, para votar a medida provisória que elevou o salário mínimo de R\$ 136 para R\$ 151 no dia 3 de abril. A convocação foi feita pelo presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, ao final da sessão do dia 26 do mês passado, quando ocorreu a primeira discussão da MP.

Esta será a primeira vez, desde 1996, que os partidos da base de apoio ao governo concordam em votar uma medida provisória que eleva o salário mínimo. Isso só se tornou possível por um acordo feito pelo líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-PA), com os líderes da oposição, na noite de 12 de abril, quando os parlamentares apreciavam o projeto do orçamento deste ano. As oposições vinham obstruindo o an-

damento dos trabalhos e Arthur Virgílio aceitou um acordo: em troca da votação do orçamento, o governo se comprometia a colocar a MP do salário mínimo em votação.

A primeira tentativa de votar o mínimo ocorreu na tarde do dia 26, mas os líderes dos partidos governistas recomendaram aos seus parlamentares que deixassem o Plenário do Congresso, depois de quase seis horas de debates, evitando o *quorum* mínimo de 257 deputados e 41 senadores.

Nos últimos dias, foi aprovada pela comissão mista que examinou a MP do mínimo uma emenda do deputado Luís Antônio Medeiros (PFL-SP) prevendo a possibilidade de antecipação do reajuste para o período de janeiro a abril, ou seja, antes da data tradicional, que é 1º de maio. O líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, decla-

rou que, após a aprovação da emenda Medeiros, o partido iria participar da votação, nesta quarta-feira, da MP do salário mínimo de R\$ 151. A direção do PFL reúne-se na manhã de hoje para reavaliar a decisão anterior a favor de um salário mínimo de R\$ 177.

Além disso, foi cumprida pela Câmara, na semana passada, a condição estabelecida pela liderança do PSDB para votar a MP do mínimo: a aprovação do projeto de lei que permite aos governos de estado fixar pisos salariais estaduais para os setores público e privado. A condição havia sido anunciada, em discurso, pelo líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG). A idéia do mínimo estadual surgiu nas negociações entre o presidente da República e lideranças partidárias, buscando contornar a alegada impossibilidade de a Previdência pa-

gar aos 12 milhões de aposentados um piso superior a R\$ 151.

A MP do salário mínimo, reeditada pelo presidente da República no último dia 22, trouxe algumas alterações em relação à primeira versão. Ela convalida os efeitos de quatro outras MPs que elevaram o salário mínimo e os benefícios previdenciários nos anos de 96, 97, 98 e 99, que não foram votadas pelo Congresso e vinham sendo reeditadas todos os meses.



Congresso Nacional está convocado para se reunir às 19 horas de hoje, tendo na pauta o novo valor do salário mínimo

Maguito (C) espera que comissão mista vote amanhã o projeto de conversão



## Reeleição de dirigente esportivo deve ter limite, afirma Maguito

A Comissão Mista constituída para analisar a medida provisória que altera a Lei Pelé decidiu ontem propor a proibição de que os presidentes de federações esportivas sejam reeleitos mais de uma vez. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), autor do projeto de conversão, afirmou que vai apresentar proposta de emenda constitucional nesse sentido, pois, segundo explicou, é necessário modificar o texto da Constituição para implantar o dispositivo.

— Não é possível dirigentes de federações permanecerem à frente das entidades por até 20 anos, precisamos acabar com isso — frisou.

A comissão encerrou ontem as discussões em torno do projeto de conversão de Maguito Vilela e marcou para amanhã, às 10h, a votação final da matéria. De acordo com o senador, o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, lhe garantiu que, uma vez aprovado na comissão, já na próxima semana o

projeto de conversão da MP poderá ser apreciado pelo Plenário do Congresso.

No novo relatório, Maguito Vilela acolheu mais algumas sugestões apresentadas pelos membros da comissão, com destaque para a obrigatoriedade de as emissoras de televisão de sinal aberto transmitirem ao vivo os jogos da seleção nacional de futebol. Segundo o relator, a medida visa evitar que apenas as pessoas que têm condições de assinar TVs pagas tenham acesso aos jogos do selecionado brasileiro.

Com relação aos bingos, Maguito disse estar aguardando uma decisão do presidente do Congresso, no sentido de constituir e designar os membros que comporão a comissão mista que vai elaborar uma legislação específica para essa atividade. De qualquer forma, observou o senador, os bingos funcionam como estão até 31 dezembro de 2000, ou até que seja aprovada uma nova regulamentação para a atividade.

## CCJ aprecia projeto que disciplina bancos de dados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem reunião marcada para hoje, a partir das 10h, quando será analisado, entre outros itens, projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que disciplina o uso de informações relativas a pessoas físicas e jurídicas mantidas em bancos de dados, informatizados ou não.

A proposta determina que dados de identificação pessoal pertencem ao titular e o acesso a eles pode ser feito por solicitação escrita ao proprietário, gestor ou usuário do banco de dados. O responsável pelo banco de dados, segundo a proposta de Alcântara, terá dez dias para atender ao pedido e, em caso de recusa, o titular poderá impetrar um *habeas data* para assegurar o conhecimento das informações. A matéria tem parecer favorável

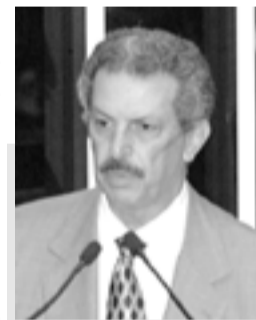
do senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que prevê a participação das guardas municipais no policiamento ostensivo e preventivo é outra matéria a ser examinada pela comissão. Atualmente esse tipo de policiamento fica a cargo do estado. O projeto tem parecer favorável do senador Iris Rezende (PMDB-GO), que ressaltou em seu relatório as vantagens que a iniciativa traria para a população mais carente.

A CCJ vai examinar ainda três convocações de plebiscitos sobre a criação de novos estados — Araguaia, Tapajós e Solimões. Os projetos são de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). De acordo com a pro-

posta, o estado do Araguaia seria criado com a divisão de Mato Grosso; Tapajós seria formado por municípios do Pará; e Solimões seria constituído por parte da região noroeste do Amazonas. As propostas têm pareceres favoráveis de seus relatores, respectivamente, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Djalma Bessa (PFL-BA)

Estarão também em pauta dois projetos — de autoria de Lúcio Alcântara e Roberto Requião (PMDB-PR) — destinados a estabelecer o sistema de lista fechada para as eleições proporcionais. A comissão examinará ainda outro projeto de Requião, que modifica o Código Eleitoral para que não sejam consideradas crime eleitoral manifestações públicas sobre temas políticos, desde que não acompanhadas de pedido de voto.



Tuma quer guardas municipais no policiamento

## Comissão discute mudanças no Código Florestal

A Comissão Mista do Congresso encarregada de apreciar a Medida Provisória 1.956/49, que estabelece mudanças em três artigos do Código Florestal Brasileiro, se reúne hoje, às 9h, para votar o relatório do deputado Moa-

cir Micheletto (PMDB-PR).

O relator propôs uma diminuição da área de reserva legal, a porção intocável da cobertura vegetal a ser protegida em propriedades rurais. O relatório do deputado Micheletto concede, ain-

da, uma anistia geral a todos os infratores da Lei 4.771/65, o Código Florestal Brasileiro. As propostas têm recebido críticas de organizações ambientalistas e do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

# CE aprova novas regras para concessões de rádio e TV

Substitutivo da senadora Luzia Toledo a projeto de Pedro Simon passa na Comissão de Educação e agora será apreciado pelo Plenário

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem substitutivo da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) a projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelecendo critérios para a outorga e renovação de emissoras de rádio e TV. A matéria será agora apreciada pelo Plenário.

Foi retirado do texto o artigo que excluía dos possíveis beneficiários os detentores

de controle acionário de jornal diário localizado no mesmo estado, as entidades que tivessem mais de 30% de participação nacional ou regional nos meios de comunicação ou que detivessem uma ou mais concessões de emissora do mesmo tipo na comunidade onde tivessem intenção de se instalar.

A relatora aceitou os argumentos do líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que apresentou emenda supressiva ao capítulo quinto do projeto. Arruda afirma que monopólio significa posse, direitos ou privilégios exclusivos do mercado por um único grupo ou indivíduo:

– Não faz sentido falar em monopólio no mercado radiofônico e televisivo brasileiro, onde coexistem, em mesmas cidades ou regiões, emissoras pertencentes a sete ou oito grupos diferentes – justificava Arruda.

O projeto de Simon inclui a regulamentação do Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição, e a criação dos respectivos conselhos regionais.

A CE também aprovou parecer, com duas emendas, do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a projeto de resolução do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) propondo modificar a Resolução 39/92, que dispõe sobre critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para emissoras de rádio e TV. Pelo parecer, a CE do Senado terá 90 dias para fazer a revisão da Resolução 39, através de projeto de resolução, que será submetido ao Plenário do Senado.



Comissão retirou do texto artigo que excluía dos possíveis beneficiários os detentores de controle acionário de jornal diário localizado no mesmo estado da emissora

## Alcântara apresentará parecer hoje sobre Lei de Informática

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentará parecer sobre a Lei de Informática hoje, na Comissão de Educação. O presidente da CE, senador Freitas Neto (PFL-PI), convocou reunião extraordinária para as 11h, com essa finalidade.

A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde obteve parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE). Depois de tramitar na CE, o projeto irá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Renovadas autorizações para mais 8 emissoras em 4 estados

Na mesma reunião em que foram aprovadas propostas de mudança da Resolução do Senado nº 39, a Comissão de Educação acolheu pareceres favoráveis a oito projetos de decreto legislativo, solicitando renovação e outorga para quatro rádios de São Paulo, duas do Paraná, uma de Goiás e uma do Ceará.

Foram aprovadas as seguintes matérias: renovação da concessão da Rádio (OM) Difusora de Apucarana (PR); concessão à Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (PR); e nova permissão à Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em FM, em Ribeirão Preto (SP).

Também foram aprovados atos de renovação da concessão da Rádio Tropical de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de ra-

diodifusão sonora em OM, em Ribeirão Preto (SP); da Rádio Clube de Birigüi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em OM, em Birigüi (SP); e da permissão outorgada à Rádio Itaporanga Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em OM, em Itaporanga (SP).

Também foram aprovados atos para a Fundação Sara Nossa Terra, localizada na cidade de Planaltina, executar serviço de radiodifusão sonora em FM, em Goiás; e, ainda, para a Rádio Difusora Cristal Ltda. executar serviço de radiodifusão sonora em OM na cidade de Quixeramobim, no Ceará.

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) teve requerimento de sua autoria aprovado para a realização de audiência pública na cidade de Vitória (ES), sem ônus para o Senado, com o objetivo de discutir a autonomia das universidades.

## Constituições lideram venda recorde no estande do Senado

Com aproximadamente 3.500 exemplares vendidos, três concorridas sessões de autógrafos dos senadores paulistas e uma exposição de obras raras que chamou a atenção do público, o estande do Senado alcançou participação expressiva na 16ª Bienal Internacional do Livro, encerrada domingo à noite, em São Paulo. O evento atraiu cerca de 500 mil visitantes aos 800 estandes, com mais de cem mil títulos à venda, e foi considerado um sucesso pela entidade promotora, a Câmara Brasileira do Livro.

As vendas do estande do Senado bateram recordes entre todas as participações da Casa em feiras de livro. Do total vendido, mais de um terço corresponde à coleção *Constituições Brasileiras: 1824/1891/1934/1937/1946/1967/1988* às edições impressa e em disquete da atual Constituição, sempre muito procuradas nesses eventos.

Lançada pelo Conselho Editorial do Senado, a coleção *Constituições Brasileiras* se destina principalmente a juristas, historiadores e acadêmicos de Direito. Em sete volumes e com custo acessível (R\$ 5 por exemplar), a coleção apresenta todas as constituições, desde a

Carta do Brasil Império, promulgada por d. Pedro I, com uma introdução feita por especialista na matéria.

O estande também recebeu grande número de visitantes interessados em apreciar a exposição de obras raras relacionadas com os 500 anos do Descobrimento do Brasil. Integrante da série *Viajantes*, a mostra incluiu a obra mais antiga da coleção da Biblioteca do Senado, datada de 1633 e de autoria de Joannes Laet, geógrafo e historiador flamengo que foi diretor da Companhia das Índias Ocidentais, empresa que financiou a ocupação holandesa ao Nordeste brasileiro, no século 17.

“O grande objetivo alcançado com a presença na Bienal é o de aproximar, cada vez mais, o Legislativo da população”, diz a diretora da Biblioteca do Senado e coordenadora da Comissão de Feiras de Livro, Simone Bastos Vieira. “Em todas as feiras de que o Senado participa, esta tem sido a constante: o Legislativo buscando sempre mais transparência e a população interessada em acompanhar mais de perto o trabalho de seus representantes”, acrescenta.

## Leitores formam filas para receber livros de Tuma e Piva

A programação de eventos do estande do Senado na 16ª Bienal foi encerrada na noite de sábado, com a presença do senador Pedro Piva (PSDB-SP). Na véspera, havia sido realizada a sessão de autógrafos do senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ambos elogiaram a participação do Senado na Bienal, em especial pela qualidade dos títulos oferecidos e a mostra de obras raras relacionadas com os 500 anos do Descobrimento do Brasil.

Romeu Tuma lançou na sexta-feira o livro *Segurança e Cidadania*, um retrospecto, em dois volumes, de sua atuação parlamentar no período de 1995 a 1999. Pedro Piva autografou, no sábado, sua *Síntese das Atividades Parlamentares*. Nas duas sessões, formaram-se grandes filas em frente ao estande, com o público solicitando os livros e procurando, além dos autógrafos, conversar com os senadores sobre temas da atualidade.

A programação do estande já registrara, no início da Bienal, o lançamento do livro *Efeito Vinculante*, do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), e a sessão de autógrafos do senador Eduardo Suplicy



Pedro Piva (acima) e Romeu Tuma assinaram centenas de exemplares de seus livros na Bienal

(PT-SP) no livro *Conferência Internacional: renda mínima, discussões e experiências*. Ainda estiveram em visita à Bienal os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Carlos Patrocínio (PFL-TO). O público que compareceu ao estande do Senado recebeu as edições diárias do *Jornal do Senado* e pôde assistir às transmissões da *TV Senado* e acessar a página da Casa na Internet.





O perito José Marcion da Silva (D) depõe no conselho, sendo observado pelos senadores Jefferson Péres e Ramez Tebet

## Perito confirma acusação contra Luiz Estevão

Em depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP), ontem, o perito criminal do Departamento de Polícia Federal de Brasília, José Marcion da Silva, afirmou que o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) teria ameaçado os assessores da Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário (CPI). Marcion disse ainda que a ingerência de Estevão nas investigações fez com que pedisse afastamento da CPI – para a qual prestava serviços. O senador nega a acusação.

Ao responder ao relator da apresentação contra Estevão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), Marcion narrou que, motivados por um “sentimento” de ameaça, decorrente de atitudes de Estevão durante as investigações, os assessores reuniram-se com o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o relator, senador Paulo Souto (PFL-BA).

Uma das atitudes de Estevão, segundo o perito criminal, foi o encaminhamento de requerimento à comissão solicitando nome e lotação dos servidores que trabalhavam na CPI. Segundo Marcion, essa atitude foi encarada pelos assessores da CPI como pressão sobre o funcionamento da comissão.

Durante a reunião, que também contou com a presença de Estevão, conforme relatou o policial, um assessor da comissão afirmou que o senador estaria “interferindo na tranquilidade dos trabalhos da CPI” e advertiu que os funcionários, sendo o “elo mais fraco”, poderiam ser prejudicados. O funcionário da CPI, ainda segundo relato do perito, teria usado a expressão “do jeito

que as coisas estão vai acabar sobrando para o elo mais fraco”. Nesse momento, segundo Marcion, Estevão teria dito: “Vai sobrar mesmo”.

– A ameaça foi consubstanciada na reunião, quando o senador fez a declaração, após a intervenção do assessor Fernando – afirmou Marcion.

### REQUERIMENTO

Na reunião do conselho, atuou na defesa de Luiz Estevão o advogado Felipe Amodeu, acompanhado do advogado Rogério Marcoline. Amodeu perguntou a Marcion se o requerimento apresentado por Estevão à CPI naquela ocasião continha qualquer ameaça. O depoente reiterou que o senador exerceu pressão sobre os funcionários nos termos que já havia citado, negando, porém, que as ameaças tenham sido feitas por escrito no requerimento encaminhado à comissão.

Essa resposta levou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) a questionar por que o depoente pediu afastamento da CPI, já que o requerimento não continha ameaças. Marcion alegou a falta de condições técnicas para trabalhar. Amodeu quis saber do policial o conceito da suposta ameaça que Estevão teria feito aos funcionários e leu a legislação que define a prática de ameaça como crime. Tebet reformulou a pergunta do advogado e questionou o perito de que maneira Estevão teria ameaçado os funcionários. Marcion repetiu a frase dita por Estevão na ocasião, mas não quis comentar a lei ou discutir a conceituação de ameaça, dizendo que essa tarefa cabe somente aos membros do conselho.

# Câmara recebe projeto que facilita punição de sonegador

Senado enviou para análise dos deputados federais proposta de Carlos Patrocínio aprovada terminativamente pela CAE

O Senado encaminhou à Câmara dos Deputados projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), aprovado de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que facilitará a abertura de processos penais contra pessoas que atentam contra a ordem tributária. O projeto elimina o artigo da legislação tributária federal que só autoriza o início de processo penal depois que acabar o processo administrativo de cobrança feito pela Secretaria da Receita Federal e pelos fiscos estaduais.

Conforme Patrocínio, este artigo, no fundo, se transformou numa espécie de defensor dos sonegadores, pois ele permite que se proteja ao máximo os processos de cobrança administrativa de débitos, com os envolvidos recorrendo a diversas instâncias:

– No geral, a decisão final no processo administrativo demora mui-



Projeto de Patrocínio elimina artigo que, para ele, teria se transformado em defensor dos sonegadores de impostos

tos anos para ser proferida, pois o contribuinte faltoso dispõe de três instâncias administrativas para recorrer. Não bastasse isso, se quiser ele ainda poderá ir à Justiça, onde existem mais três ou quatro instâncias – ponderou Patrocínio, ao explicar o projeto.

No ano passado, ao comparecer

à CPI do Sistema Financeiro, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, pediu aos senadores e deputados que revogassem o artigo da Lei 9.430/96. Ele informou ainda que 34% das cobranças de impostos federais estão suspensas por liminares conseguidas na Justiça pelas empresas.

No Senado, o projeto recebeu parecer favorável do relator na CAE, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). “Com essa vantagem dos sonegadores, apenas cerca de 1% de todos os crimes fiscais cometidos no país resulta em processo e condenação”, afirmou o relator em seu parecer.

Antero de Barros sustenta ser necessário liberar a Receita Federal e os órgãos de arrecadação estaduais para comunicarem imediatamente ao Ministério Público a existência de fato que atente contra a ordem tributária. Só assim, acrescentou o relator, poderão ser tomadas providências para evitar a prescrição do crime.

## Dutra propõe mudança nas normas para refinanciamento de precatórios

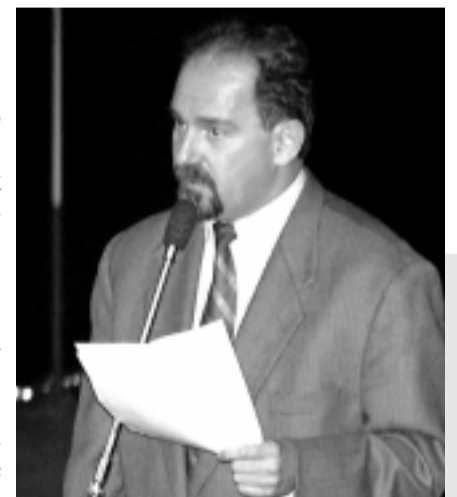
O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou projeto modificando os termos das resoluções aprovadas pelo Senado sobre refinanciamento dos títulos para pagamento de precatórios, emitidos irregularmente pelos estados de Alagoas e Santa Catarina. Ele quer proibir a celebração de acordos na Justiça entre as partes, mesmo depois do pronunciamento final da Justiça quanto à validade dos títulos.

Na quinta-feira passada, o Senado negou essa possibilidade de acordo nas resoluções relativas aos municípios de Campinas, Guarulhos e Osasco, mas aprovou emenda permitindo sua realização, nas resoluções relativas a Alagoas e Santa Catarina, desde que haja antecipação judicial de tutela e para excluir o estado do pagamento das verbas de sucumbência, lembrou Dutra:

– Na ocasião, manifestei meu desconforto com a emenda que abria exceções, argumentando que poderia resultar numa abertura para acordos indiscriminados na

Justiça. Agora estou sabendo pelo jornal *O Dia* que já existe gente se beneficiando da emenda. Escreve Marcelo Auler que, no Rio de Janeiro, o banqueiro Arthur Falk pode reaver seu banco, o Interunion, sob intervenção do Banco Central para liquidação extrajudicial. Como quebrou em função de ter em caixa R\$ 70 milhões dos títulos de Alagoas, e já tem a tutela antecipada decretada pela 16ª Vara Federal, ele se prepara para pedir a suspensão da liquidação de seu banco – explicou Dutra.

Segundo o senador por Sergipe, seu projeto de resolução resgata os termos em que as resoluções sobre refinanciamento de precatórios foram aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos, depois de exaustivas discussões. Dutra lembrou que a emenda abrindo exceção para Alagoas e Santa Catarina não passou pela CAE, e sequer foi discutida em Ple-



Dutra: emenda aprovada abre possibilidade para distorção grave que pode beneficiar credores dos precatórios

nário, em função da rapidez com que se desenrolou a sessão.

Dutra fez um apelo ao Senado para uma aprovação também rápida de seu projeto, impedindo uma distorção grave que já se anuncia, quando se toma conhecimento de que um dos credores já possui a tutela antecipada de parte dos títulos de Alagoas.

## Lobão aponta volta de madeiras asiáticas

Segundo o senador, as empresas estão atuando na Amazônia de forma predatória e contra a lei

O senador Edison Lobão (PFL-MA) denunciou que empresas madeireiras asiáticas voltaram a atuar na Amazônia de forma predatória, violando a legislação brasileira, e apelou ao governo federal para que assegure os meios necessários à fiscalização das atividades extrativistas na região. Conforme informações divulgadas pela *Agência Estado*, empresas oriundas da Ásia estão retomando suas atividades nas regiões dos rios Juruá e Purus, no oeste do Amazonas, apesar de seus planos de manejo florestal terem sido embargados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Lobão afirmou que as madeiras estão agindo de forma arrogante ao



Edison Lobão se surpreende com a falta de fiscalização

desprezar o ordenamento jurídico brasileiro e as autoridades legalmente constituídas, operando como se ninguém pudesse impedi-las.

—Será que um país soberano deve curvar-se aos interesses de grupos econômicos, sejam eles nacionais ou estrangeiros, que se aproveitam das precariedades do sistema de fiscalização brasileiro para cometer toda sorte de abusos, efetuando a exploração desordenada e predatória do potencial da floresta? — indagou Edison Lobão.

Para o senador, é surpreendente que, com os avanços da tecnologia, em que satélites podem localizar a qualquer instante os desmatamentos irregulares, o Brasil ainda não exerça uma plena fiscalização da Amazônia.



## Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

**0800 612211**

*O Serviço 0800 do Senado Federal vem atuando também no apoio a trabalhos desenvolvidos por subcomissões. Nesta semana, selecionamos uma questão sobre a atuação da Subcomissão de Rádio e TV. Quem pergunta é o cidadão Daniel Assis, de Campo Grande (MS) — “Qual o papel da Subcomissão de Rádio e TV para melhorar a programação das emissoras de televisão?”*

*Quem responde é o Presidente da Subcomissão, Senador Pedro Simon (PMDB-RS)*

“Vivemos em um mundo onde os meios de comunicação assumem, cada vez mais, o papel de mediadores das relações sociais. Especialmente a televisão chega a ser considerada por alguns estudiosos como verdadeira matriz de valores, superando nessa função a própria família, a escola, a igreja, até mesmo os partidos políticos.

Diante dessa realidade, o Parlamento brasileiro, por nossa iniciativa, criou a Subcomissão de Rádio e TV, de caráter permanente, que pretende constituir um fórum de discussão e análise sobre o papel que os meios de comunicação eletrônicos desempenham no país.

Nessa função, a subcomissão tem estado atenta à crescente insatisfação da população com a qualidade da programação veiculada especialmente pela televisão em nosso país. De fato, a sociedade brasileira começa, ainda que de forma difusa, a rebelar-se contra o desrespeito aos mandamentos constitucionais relativos à defesa da pessoa e da família no que diz respeito aos seus valores éticos e sociais.

É preciso deixar bem claro, no entanto, que em nenhum momento a subcomissão se propõe a ditar regras ou a estabelecer parâmetros que de alguma forma signifiquem censura a programas ou, de outra parte, assumirá função própria dos programadores de rádio e televisão, tentando interferir na grade de programação das emissoras. Essas não são funções próprias dos parlamentares.

Nossa missão é de natureza diferente. Compete-nos, no âmbito da Subcomissão de Rádio e TV, patrocinar permanente debate com vistas a estabelecer um novo pacto para as relações entre os meios de comunicação, a sociedade e o poder público. Esse, em nosso entendimento, o único caminho por meio do qual atingiremos um modelo de comunicação de massa que represente o senso médio da população brasileira.”



Pedro Simon



O senador Nabor Júnior quer a apuração das acusações contra a administração de Jorge Viana

## Nabor denuncia governo do Acre e defende CPI

Ao defender a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Medicamentos na Assembleia Legislativa do Acre, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu a apuração de denúncias feitas pelo deputado estadual João Correia (PMDB-AC) contra o governo de Jorge Viana (PT), que envolveriam superfaturamento, compras sem licitação e irregularidades administrativas. O senador apresentou mapas de preços da Comissão Especial de Licitação da administração do Acre em apoio às acusações e relatório de inspeção realizada pelo Tribunal de Contas do Estado na Secretaria Estadual de Saúde.

Entre os medicamentos que teriam sido superfaturados, o senador destacou os seguintes: Cimetidina injetável, obtido por R\$ 0,20 em dezembro de 1999 e a R\$ 1,08 em março de 2000, diferença superior a 440%; Cloranfenicol, solução oftalmológica comprada em fevereiro de 1999 a R\$ 0,35 e em março de 2000 a R\$ 3,34, valor 854% superior; e Dimeticona em gotas, adquirido em dezembro de 1999 a R\$ 0,53 e em março último a R\$ 5,95, com uma diferença de 1.023%.

Outro exemplo salientado pelo senador foi o da compra de fórceps odontológico, pelo qual o governo pagou R\$ 1.670 e que seria oferecido por empresa local a R\$ 37, uma diferença de 4.414%. A razão de tais valores, segundo Nabor Júnior, é que as compras no ano passado foram feitas por meio de licitação pública, enquanto que “nas outras aquisições houve apenas o sistema de carta-convite, direcionado para firmas já íntimas do governo estadual”.

Ainda conforme o senador, auditoria realizada em janeiro de 1999 pelo Tribunal de Contas do Acre, poucos dias após a posse de Jorge Viana, teria constatado “vultosas aquisições de produtos medicamentosos e hospitalares de basicamente duas firmas”, com dispensa de licitação decretada pelo próprio governador. Assim, segundo Nabor Júnior, remédios importados da Holanda pelo governo anterior teriam sido recomprados pelo governo do PT.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) lamentou que o pronunciamento de Nabor fosse “o de quem está olhando para as próximas eleições e não para as próximas gerações do Acre”, por acolher denúncias que já teriam sido devidamente contestadas. De acordo com o senador, o fórceps odontológico foi comprado pelo ex-governador do Acre Orleir Cameli. Os medicamentos superfaturados, por sua vez, seriam obra da prefeitura de Rio Branco, administrada pelo PMDB.

Tião Viana apresentou declaração da Procuradoria-Geral da República no Acre em que o Ministério Público afirma que João Correia não apresentou qualquer representação contra membros do governo acreano a partir de 1999.

Marina Silva (PT-AC), por sua vez, assegurou que no início do governo Jorge Viana a dispensa de licitação foi legal, o que vários documentos comprovariam.



Segundo Viana, não houve superfaturamento na compra de medicamentos pela Secretaria de Saúde

## Tião Viana considera acusações infundadas

O senador Tião Viana (PT-AC) considerou infundadas e não verdadeiras as denúncias apresentadas na tarde de ontem pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC) de que teria havido irregularidades na compra de medicamentos pelo governo do Acre. Ele afirmou que as acusações foram feitas visando às eleições de outubro, e que o próprio Nabor sabe que as denúncias não são verdadeiras.

Para comprovar suas afirmações, Tião Viana apresentou cópia de documento expedido pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, Valmir Gomes Ribeiro, comunicando que o processo em tramitação não foi ainda julgado, apesar de a Secretaria de Saúde já haver apresentado sua defesa. Segundo ainda o ofício, as informações apresentadas pelo suplente de deputado estadual João Correia (PMDB-AC) à imprensa do estado, e que serviram como base para o pronunciamento de Nabor Júnior, não foram fornecidas pelo tribunal.

Sobre o superfaturamento na compra de medicamentos, Tião Viana esclareceu que os preços de todos os remédios adquiridos no governo de seu irmão, Jorge Viana (PT), tiveram por base a tabela da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico. Ele acrescentou que muitos dos itens foram comprados por um valor inferior pelo menos 20% aos preços utilizados como referência.

— Lamento que o PMDB, partido do qual vossa excelência é um dos grandes dirigentes no Acre, não tenha mais um deputado federal do estado. Talvez seja pela prática de se aliar a setores podres da sociedade. Lamento que a herança política que vossa excelência talvez deixe seja a de nenhum parlamentar eleito pelo partido na esfera federal — criticou Tião Viana.

Para o senador, o resultado de recente pesquisa de opinião pública, que aponta um índice de aprovação de 92% para a administração de Jorge Viana, é a prova de que a população sabe que a corrupção acabou no estado. Tião Viana garantiu que “cada centavo” hoje é aplicado com correção pelo governo.

Em aparte, Nabor Júnior disse que as tentativas de Tião Viana de “defender o governo do seu irmão das acusações não convenceram ninguém”. Ele declarou que as afirmações feitas pelo senador do PT não responderam aos seus questionamentos. Já a senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou que “pessoas tenham roubado um documento do TCE e elaborado um processo para apresentar como prova cabal, tentando incriminar a Secretaria de Saúde do governo”. Por sua vez, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) estranhou o fato de o PMDB do Acre não ter encaminhado as denúncias ao Ministério Público Federal.

## Mauro fala sobre PEC dos recursos para irrigação



O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) concedeu entrevista à TV Senado para falar sobre a proposta de emenda constitucional, de sua autoria, que prorroga por dez anos a aplicação por parte da União de percentuais mínimos do total de recursos destinados à irrigação nas regiões



Centro-Oeste e Nordeste. O projeto de Mauro Miranda (ilustração) estabelece que a região Nordeste continue com 50% desses recursos e o Centro-Oeste, com 20%. A entrevista vai ao ar hoje às 7h30.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

0h55 – Senado em Pauta  
1h – Debate: Senador Artur da Távola e Jootan Berbel, secretário do MIC, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas  
1h55 – Senado em Pauta  
2h – Unip: Medicina do Esporte – 2ª parte  
2h25 – Senado em Pauta  
2h30 – Jornal do Senado  
2h55 – Senado em Pauta  
3h – Cores do Brasil: Turismo em São Luís do Maranhão  
3h30 – Entrevista: Senador Mauro Miranda fala sobre a irrigação no Nordeste e Centro-Oeste  
3h55 – Senado em Pauta  
4h – Jornal do Senado  
4h25 – Senado em Pauta  
4h30 – Unip: Medicina do Esporte – 2ª parte  
4h55 – Senado em Pauta  
5h – TV Escola – Uma TV Cheia de histórias – Piripiri (PI)  
5h30 – Cores do Brasil: Folclore do Maranhão  
5h55 – Senado em Pauta  
6h – Unip: Medicina do Esporte – 2ª parte  
6h30 – Debate: Senador Artur da Távola e Jootan Berbel, secretário do MIC, falam sobre o incentivo à música e às artes cênicas  
7h25 – Senado em Pauta  
7h30 – Entrevista: Senador Mauro Miranda fala sobre a irrigação no Nordeste e Centro-Oeste  
8h – Jornal do Senado  
8h30 – TV Escola – Uma TV cheia de histórias – Piripiri (PI)

8h55 – Senado em Pauta  
9h – Comissão de Assuntos Sociais (vivo)  
Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
19h – Sessão do Congresso Nacional (vivo)  
21h – Jornal do Senado  
21h30 – Comissão de Constituição e Justiça (gravado)  
Logo após: Comissão de Educação (gravado)  
Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – Agenda Senado  
Em seguida: Música e informação  
10h – Comissão de Assuntos Sociais  
Em seguida: Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida: Música e informação  
19h – A Voz do Brasil  
Em seguida: Música e informação  
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste  
Em seguida: Música e informação  
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida: Música e informação  
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida: Música e informação

# Hartung defende mais recursos para saneamento

O Conselho Monetário Nacional precisa desbloquear os financiamentos para que estados e municípios ampliem os serviços, segundo o senador

Ao condenar a “privatização selvagem” que estaria sendo promovida pelo governo no setor de saneamento, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) propôs que o Conselho Monetário Nacional desbloqueie os financiamentos públicos para que estados e municípios possam investir na ampliação dos serviços. O passo seguinte, sugeriu, seria definir o marco regulatório e a titularidade da execução da política de saneamento no país, com o objetivo de reduzir a mortalidade infantil e erradicar doenças provocadas pela falta de água tratada e de recolhimento e tratamento de esgotos.

O momento é apropriado para aprofundar o debate sobre o tema, avaliou o senador. Hartung recordou a crítica feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a Sexta Cúpula Econômica do Mercosul, aos métodos de cálculo do Fundo Monetário Internacional (FMI), em relação às dívidas dos países, que “sufocam” a capacidade do governo na área de saneamento.

Na opinião do senador, o comentário expôs uma contradição do governo e, ao mesmo tempo, “abriu espaço a uma nova agenda para o país”. A contradição, disse, estaria no fato de o governo ter, segundo as informações



Paulo Hartung: mais saneamento reduz a mortalidade infantil e erradica doenças

disponíveis, optado conscientemente por fechar as torneiras de recursos para saneamento com o objetivo de forçar a privatização das empresas do setor. A reclamação do presidente indicaria, por outro lado, que existia vontade de investir em saneamento, impedida pelas regras do FMI.

Entre as diretrizes cobradas por Hartung estão o estabelecimento de medidas que resguardem o meio ambiente e a definição de regras tarifárias. “Que regras a nova controladora da empresa privatizada seguiria, por exemplo, no caso de um cliente deixar de pagar a conta de água?

Ele seria punido com o corte de fornecimento pura e simplesmente?”, questionou.

Em aparte, Geraldo Cândido (PT-RJ) defendeu uma discussão nacional sobre formas de proteger as águas brasileiras, patrimônio, a seu ver, que terá valor estratégico superior ao petróleo no próximo milênio. Jefferson Péres (PDT-AM) também condenou a privatização de empresas de saneamento “sem um marco regulatório, sem regras claras e sem uma agência reguladora forte, bem equipada e autônoma, que possa exercer a fiscalização”.

Paulo Souto (PFL-BA) considerou que, “sem marco legal e sem crédito para os estados”, é necessária uma estratégia de transição, sob pena de se repetir o que ocorreu com a privatização das empresas de eletricidade, cujos compradores encontraram “enorme déficit de investimentos”. José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que as esquerdas “gastaram muita vela com defunto ruim” ao rejeitar toda e qualquer privatização. Agora, disse, quando o processo de desestatização chega a setores estratégicos, “as bandeiras estão esgarçadas”. Para ele, a questão do saneamento não é meramente econômica, porque é diretamente relacionada à saúde pública.

## Suplicy protesta contra censura a Stédile

Em carta enviada ao ministro-chefe da Secretaria de Comunicação do governo, Andrea Matarazzo, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou ontem contra a censura à entrevista de João Pedro Stédile, um dos coordenadores do Movimento dos Sem Terra (MST), que não pode ser vinculada na TV Educativa.

– Considero grave e absurda a decisão de proibir a Rede de Emissores de Televisão Educativa de transmitir a entrevista de Stédile, na última sexta-feira, 5 de maio. Ela acabou sendo transmitida apenas pela Rádio e TV Cultura de São Paulo (RTC), graças à firme postura do presidente da Fundação Padre Anchieta, Jorge Cunha Lima.

Suplicy condenou o argumento



Suplicy criticou a proibição de as emissoras educativas mostrarem entrevista com o líder sem-terra

utilizado por Andrea Matarazzo, de que não poderia permitir que a TVE transmitisse a entrevista de uma pessoa indiciada, e classificou a censura como um atentado à liberdade de imprensa.

– Se o argumento tivesse amparo legal, o que não é correto, então a TVE e a RTC não poderiam transmitir entrevistas do prefeito Celso Pitta, de São Paulo, e do ex-ministro de Esporte e Turismo, Rafael Greca, em virtude de ações judiciais contra ambos. Ou mesmo do ministro Raul Jungmann, do Desenvolvimento Agrário, pois a Promotoria do Distrito Federal pediu seu indiciamento, solicitando o ressarcimento aos cofres públicos pelas viagens de lazer, em jatos da FAB, a Fernando de Noronha – afirmou Suplicy.

O senador negou ainda que Stédile estaria indiciado pela Polícia Federal, e lembrou que o coordenador do MST foi absolvido nos processos movidos contra ele pelo governo.

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Rio São Francisco exige plano consistente, afirma Alcântara

Senador realizou visita aos Estados Unidos, onde conheceu o sistema de repartição de águas na bacia do rio Colorado entre oito estados

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) relatou, em Plenário, sua viagem aos Estados Unidos, onde tomou conhecimento do sistema de repartição de águas na bacia do rio Colorado entre oito estados do Oeste americano. Segundo ele, os pontos mais importantes da experiência são o gerenciamento comunitário do uso da água e o combate sem tréguas ao desperdício. “O modelo pode dar subsídios relevantes à proposta de transposição das águas do rio São Francisco”, disse.

Alcântara viajou aos Estados Unidos em companhia de outros senadores e do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Além do estado do Colorado, a comitiva visitou a sede do Banco Mundial, em Washington. Ele observou que as barragens nos Estados Unidos sempre se destinaram a regularizar o fluxo dos rios, ao abastecimento humano e à irrigação. No Brasil, ao contrário, as barragens tinham e têm até hoje o objetivo principal de gerar energia elétrica, lembrou.

O senador relatou ainda que o gerenciamento das águas do rio Colorado obedece a regras fixas, definidas com ampla participação das comunidades locais. No que diz respeito ao desperdício de água pelas companhias distribuidoras, afirmou que em Denver (capital do estado



Lúcio Alcântara destaca gerenciamento comunitário do uso da água nos EUA

do Colorado) a taxa de desperdício é de 6%. “Nos estados do Nordeste do Brasil, é de 45% em média”, comparou.

Alcântara reafirmou ser defensor do projeto de transposição das águas do rio São Francisco, desde que se reconheça o direito legítimo dos estados “doadores” receberem compensações dos estados “receptores”. Além disso, o projeto precisa ser consistente do ponto de vista econômico, social e, principalmente, ecológico, incluindo medidas de revitalização do rio em relação a matas ciliares e assoreamento, concluiu.

Em apartes, a senadora Marina Silva (PT-AC) e o senador Ney Suas-

## FONTE DE VIDA E RIQUEZA

- O rio São Francisco tem 2.700 km de extensão, equivalente à distância rodoviária entre Brasília (DF) e Chui (RS)
- O vale do São Francisco, com 15 milhões de habitantes, ocupa uma área de 640 mil Km<sup>2</sup>, equivalente aos territórios de Alagoas, Minas Gerais e Sergipe ou maior que França e Portugal somados
- O São Francisco, com uma disponibilidade de 64,4 bilhões de m<sup>3</sup>/ano, responde por 69% da disponibilidade de águas superficiais do Nordeste

Com 15.000 m<sup>3</sup> de água:

Se produz em 1 hectare uma safra de arroz

Se abastecem 100 pessoas e 450 cabeças

de gado durante 3 anos

Se abastecem 100 famílias rurais durante 4 anos

Se abastecem 100 famílias urbanas durante 3 anos

Se atendem 100 hóspedes, em hotel de luxo,

durante 55 dias

Fonte: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)

suna (PMDB-PB) enfatizaram que a transposição precisa ser boa para o país como um todo. Para Paulo Souto (PFL-BA), que também viajou aos Estados Unidos, a repartição das águas do rio Colorado representa uma situação diferente daquela do projeto sobre o rio São Francisco, por não haver estados doadores ou receptores de água. “Todos fazem parte da bacia”, explicou.

## Tebet agradece a ministro por empréstimo a hospital

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) agradeceu ao ministro da Saúde, José Serra, a concessão de um empréstimo destinado a melhorar as condições de funcionamento do Hospital Evangélico de Dourados. Além disso, Tebet elogiou a liberação de cerca de R\$ 1 milhão, dos R\$ 5,6 milhões previstos no Orçamento da União, para a construção de hospital da Santa Casa de Misericórdia, também em Dourados. A cidade é a segunda maior do estado e a principal de uma

região com cerca de 1 milhão de habitantes.

Tebet disse que cerca de 20 municípios sul-mato-grossenses não possuem um hospital sequer.

— Todos sabemos que, apesar da saúde ser um direito de todos e dever do Estado, ainda há um longo caminho a percorrer para que esse ideal constitucional seja atingido — comentou.

Mesmo reconhecendo que os problemas da saúde no Brasil estão longe de ser resolvidos,



Ramez Tebet elogia ação de José Serra no Ministério da Saúde

Tebet elogiou a contribuição que José Serra vem dando para minorar as dificuldades. Ele disse que as medidas administrativas e legais que vêm sendo adotadas pelo Ministério da Saúde sinalizam que o brasileiro deve ter esperança de um melhor atendimento.

# Agripino faz relatório sobre processo legislativo dos Estados Unidos

Ao apresentar relatório de viagem de trabalho a Washington, o senador José Agripino (PFL-RN) observou que, diferentemente do que ocorre no Brasil, nos Estados Unidos o presidente da República encaminha ao Congresso apenas um documento de prioridades e intenções sobre o Orçamento.



José Agripino: nos EUA, Congresso propõe e aprova o Orçamento

José Agripino foi designado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para levantar dados sobre salários dos parlamentares, períodos de funcionamento e discussão e votação do Orçamento dos Estados Unidos.

“Lá, a responsabilidade de propor e aprovar o plano orçamentário é do Congresso”, informa o senador, acrescentando que depois de discutida e aprovada no Congresso, num processo que começa em fevereiro e vai até o início de outubro (8 meses), o presidente da República ou sanciona ou veta integralmente a proposta, sem direito a vetos parciais.

O relatório ressalta que o Congresso americano tem sessões marcadas para este ano de 24 de janeiro a 6 de outubro, intercaladas por sete períodos de descanso, um de 39 dias (agosto/setembro) e os outros de aproximadamente 10 dias, fora o recesso de final de ano, superior a três meses. O processo de votação de lá é eletrônico, como no Brasil, mas não é exigida do par-

lamentar frequência obrigatória.

Quanto à remuneração, o senador apurou que os congressistas tiveram um aumento recente e passaram a receber US\$ 141.300 por ano (cerca de R\$ 255 mil). Os parlamentares americanos dispõem ainda, conforme o relatório, de uma verba administra-

tiva que varia de acordo com a dimensão do estado que representam e sua distância de Washington. Um deputado pelo estado de Ohio recebe, por exemplo, uma verba de representação anual de US\$ 950 mil, enquanto um senador pelo mesmo estado conta com US\$ 3 milhões.

Com essa verba adicional o parlamentar compra passagens aéreas, nomeia, demite e paga quantos funcionários quiser, “pelo salário que julgar conveniente”, custeia as despesas administrativas do seu escritório na capital e de outros escritórios que instalar em seu estado. O congressista americano recebe a verba de representação e um manual com regras determinando tudo o que pode ou não fazer com o dinheiro. “O gasto dessa verba está sujeito a regras e normas, não havendo nenhum tipo de fiscalização permanente.” A fiscalização, acrescenta o senador José Agripino, ocorre quando há denúncia ou suspeita de malversação. Neste caso, o parlamentar se submete a uma auditoria.

## Moreira cobra a instalação definitiva de Distrito Rodoviário

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) cobrou do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, a instalação definitiva do 22º Distrito Rodoviário, que prestará serviços aos estados de Rondônia e Acre. Ele explicou que o ministro, atendendo a pedido seu e do senador Tião Viana (PT-AC), instalou o distrito provisoriamente. No entanto, observa Moreira Mendes, até o momento o órgão não está funcionando.

De acordo com o senador, o 22º Distrito Rodoviário foi criado pelo Departamento Nacional de Estradas

de Rodagem (DNER) em 1984, mas até dezembro do passado estava apenas no papel. Apesar dos esforços do ministro, ponderou, o distrito ainda não entrou em



Moreira Mendes diz que Distrito Rodoviário ficou no papel

funcionamento e a região tem que se dirigir ao 1º Distrito para resolver questões rodoviárias.